A coleção DESCOBRINDO O BRASIL trata de temas da história e cultura brasileiras. Escritos por especialistas, em linguagem acessível a todos, são livros que buscam transportar o leitor ao palco dos acontecimentos. Um convite à aventura de se descobrir o Brasil, pelos mais diferentes caminhos.

A coleção é dirigida por CELSO CASTRO (CPDOC/FGV), e cada volume inclui ilustrações, cronologia e sugestões de leitura.

O movimento operário na Primeira República

Uma pequena história da classe operária e de sua evolução nos primeiros anos da República. Além das diferentes conjunturas atravessadas por esse movimento, o autor analisa os setores de produção, a origem dos trabalhadores, as múltiplas formas de organização e a diversidade das correntes ideológicas, entre outros aspectos.

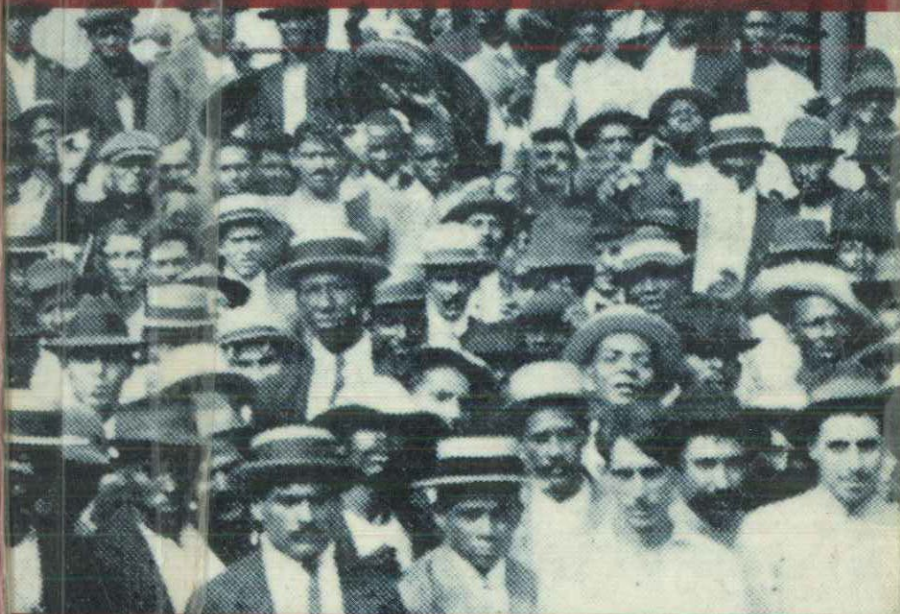
CLAUDIO BATALHA é doutor em história pela Universidade de Paris I e professor da Unicamp desde 1986.

JZE
Jorge Zahar Editor

ISBN 85-7110-541-3

CLAUDIO BATALHA O movimento operário na Primeira República JZE

JORGE ZAHAR EDITOR

O movimento operário na Primeira República

CLAUDIO BATALHA

Descobrindo o Brasil

O Movimento Operário na Primeira República

Claudio H.M. Batalha

O Movimento Operário na Primeira República

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

2000
Direitos para esta edição contratados com:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 240-0226 / fax: (21) 262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br
site: http//www.zahar.com.br

Capa: Carol Sá e Sérgio Campante
Ilustração da capa: Concentração operária na Praça Mauá,
Rio de Janeiro (Arquivo Edgar Leuenroth)
Vinheta da coleção: ilustração de Debret

Composição eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.
Impressão: Cromosete Gráfica Editora

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Batalha, Claudio Henrique de Moraes
B333m O movimento operário na Primeira República / Claudio H.M. Batalha. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000
: il. — (Descobrindo o Brasil)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7110-541-3

1. Brasil – História – República, 1889-1930. 2. Trabalho e trabalhadores – Brasil – I. Título. II. Série.

CDD 981.05
00-0060 CDU 981"1889"/1930"

Sumário

Créditos das ilustrações

À exceção da foto 4 (originalmente publicada na revista *Fon Fon*, ano 7, n.19, de 10 de maio de 1913), as ilustrações incluídas neste livro pertencem à Coleção História da Industrialização, do Arquivo Edgar Leuenroth, que gentilmente autorizou sua reprodução.

Introdução

A imagem mais corrente do operariado na Primeira República é a do italiano anarquista. Caricata, ela reúne dois componentes fundamentais: por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante — este, por sua vez, reduzido ao italiano; por outro, a atribuição de um ideário único, o anarquismo, àquele momento histórico. Tal noção é ainda reforçada por romances, filmes, novelas televisivas e até parte da produção acadêmica, não havendo espaço para o diverso ou para a dúvida.

Pouco importa se esses imigrantes não se viam como italianos, mas como vênetos, lombardos, napolitanos e calabreses, que não falavam um idioma comum; se vinham do campo e para lá iam, uma vez que eram, na origem, trabalhadores agrícolas ou pequenos agricultores; ou, ainda, se a imensa maioria jamais tivera qualquer contato com o anarquismo. Nessa perspectiva desaparecem os outros imigrantes, bem como os trabalhadores brasileiros, sobretudo os negros; além disso, de resto, o Brasil inexiste ao norte do Rio de Janeiro.

É claro que aqui montei minha própria construção caricata, que cada leitor associará ao que preferir. Mas duvido que não encontre alguma semelhança com algo que já leu ou assistiu. Minha intenção, no texto que segue, é mostrar uma história da classe operária e de seu movimento na Primeira República, procurando incorporar aquilo que grande parte da pesquisa historiográfica nos últimos anos tem tentado enfatizar: a multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões. Busco tornar claras as distinções entre os setores de produção, a diversidade da origem dos trabalhadores, a especificidade das dinâmicas regionais, a variedade de formas de organização e a constelação de correntes ideológicas. Se conseguir transmitir ao leitor uma fração da riqueza e da complexidade dessa história, terei alcançado meu intento.

A condição operária

Segundo um relatório sobre as condições econômicas no Brasil desde 1913, escrito por Arthur H. Redfield para o Departamento de Comércio norte-americano e publicado em 1920, a indústria de calçados no Brasil reunia nesse período mais de 4.000 estabelecimentos, sendo que destes apenas 116 empregavam mais do que 12 pessoas. Estes números tornam clara a coexistência,

nesse setor, do sistema de fábrica, do sistema de produção por peça e da produção doméstica, como o próprio relatório ressalta adiante. Em outras palavras, todas as etapas de produção percorridas na interpretação clássica pela Revolução Industrial, do artesanato à indústria, estavam aí presentes; conseqüentemente, as diversas experiências de trabalho e de relações de trabalho do artesão independente, passando pelo trabalhador doméstico produzindo para um empregador, o empregado em uma pequena oficina e, finalmente, o operário industrial.

O caso da indústria de calçados, ainda que em sua variedade seja pouco comum em um único setor, é interessante justamente por ilustrar o que era o mundo do trabalho urbano no Brasil das primeiras décadas do século XX. A imagem comumente evocada das grandes fábricas de tecidos, cujas chaminés destacam-se no horizonte, mudando a paisagem urbana e empregando milhares de trabalhadores entre homens, mulheres e crianças, representa apenas uma parte do complexo e heterogêneo mundo do trabalho.

O quadro existente revela uma grande diversidade de situações, que variavam segundo a cidade ou a região, o ramo de atividade, o grau de qualificação, o tipo de relação de trabalho etc. Essas variações também apareciam em um mesmo setor de atividade. É o caso da indústria têxtil, inevitavelmente associada à imagem do emprego de grande número de mulheres e crianças.

No município de São Paulo, segundo os dados do censo populacional de 1920, as mulheres representavam 29% do total de trabalhadores empregados em todos os ramos da indústria, mas no setor têxtil essa participação saltava para 58%. Já no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a participação das mulheres entre os trabalhadores na indústria era ligeiramente inferior à de São Paulo, 27%, mas no setor têxtil era de apenas 39%.

Os salários pagos neste setor também são reveladores dos diversos fatores de diferenciação. No Distrito Federal, o salário diário médio pago a um tecelão com mais de 14 anos era cerca de 25% mais alto que em São Paulo, e praticamente o dobro do que era pago em Minas Gerais e nos estados do Nordeste. Entretanto, no escalão mais alto da hierarquia da indústria têxtil, essa relação de salários entre os diferentes estados não se mantinha: os mestres recebiam em Sergipe o maior salário diário da federação, 14% a mais do que no Distrito Federal, 32% a mais do que em São Paulo e mais que o dobro do que era pago na maioria dos demais estados.

Havia, evidentemente, no caso dos ofícios e funções mais qualificados uma relação entre o valor do salário pago e a disponibilidade dessa mão-de-obra — mesmo que não fosse este o único fator a determinar os salários —, o que explica que ofícios mais especializados da

metalurgia (tais como mecânicos, fundidores e caldeireiros) fossem mais bem pagos no Amazonas ou no Pará do que em qualquer outro lugar do país.

Essas diferenças de região, de ramo de atividade, de grau de qualificação e de salários tinham também, é claro, uma influência direta nas condições de vida e de trabalho do operariado. A maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho — que nos primeiros anos do século XX atingiam 14 horas no Distrito Federal e 16 horas em São Paulo —, com poucas possibilidades de descanso e de lazer. Esses trabalhadores moravam em habitações precárias, como os cortiços; na periferia dos centros urbanos, padecendo problemas de transporte e de infra-estrutura; ou, ainda, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas. No caso de doença, invalidez ou desemprego, o trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada em virtude da completa ausência de políticas sociais. Mais uma vez, surge a diferença entre trabalhadores mais e menos qualificados: no caso dos primeiros, as condições tanto de trabalho como de vida eram melhores, devido a sua maior capacidade de barganha e seus ganhos mais elevados; além disso, freqüentemente per-

tenciam a ofícios com a tradição de participar de associações mutualistas — estando, portanto, melhor amparados no caso de infortúnios.

Outro elemento de diferenciação, e por vezes de conflito, era a origem étnica dos trabalhadores. Os imigrantes foram amplamente majoritários em São Paulo (há quem chegue a afirmar que, em 1901, nove de cada dez trabalhadores na indústria paulista eram estrangeiros) e em certas áreas industriais do sul do país; também na capital federal e em algumas cidades mineiras tiveram um peso considerável. Já no Nordeste e no Norte o impacto da imigração foi menos significativo. Ainda em 1920, passada a grande onda imigratória, os estrangeiros representavam 51% dos trabalhadores industriais em São Paulo e 35% no Rio de Janeiro. Neste quadro, o surgimento de disputas e rivalidades opondo estrangeiros e brasileiros, bem como estrangeiros de diferentes origens nacionais — e, particularmente no caso dos italianos, também regionais —, não chega a ser surpreendente, e a dificuldade de comunicação entre esses grupos certamente desempenha nisso algum papel.

Os imigrantes, que acabaram por integrar o proletariado urbano no Brasil, em sua maioria provinham de áreas rurais dos seus países de origem, sem qualquer experiência prévia de trabalho industrial ou organização sindical; com freqüência, tinham como destino

inicial o trabalho na agricultura, caso das fazendas de café no estado de São Paulo. Em alguns casos, aceitavam condições de trabalho que os brasileiros (muitos deles ex-escravos) não aceitariam, como os portugueses e espanhóis, descritos na crônica "Fome negra" (1908) de João do Rio, trabalhando como carregadores de carvão e manganês, isolados na Ilha da Conceição na Baía de Guanabara, tendo como único objetivo juntar algum dinheiro.

Se os trabalhadores não podiam contar com o Estado brasileiro para intervir na "questão social", assegurando direitos mínimos, o mesmo não poderia ser dito no caso dos patrões dos setores mais "sensíveis" da economia da Primeira República, como os portos e as ferrovias (essenciais para o escoamento da produção cafeeira) e algumas indústrias de maior porte, como a tecelagem, que quase sempre tinham no Estado um aliado. Prisões arbitrárias, expulsões de estrangeiros sem processo regular, invasões de domicílio, espancamentos, empastelamento de jornais, aprisionamento em lugares inóspitos da Amazônia, mortes em manifestações são algumas das práticas adotadas pelo Estado contra o operariado. É verdade que esse conjunto de práticas repressivas variou de acordo com uma série de fatores. No caso da repressão a movimentos grevistas, a importância e o porte da indústria eram determinantes. Intervinham também fatores de ordem conjuntural, particularmente os momentos de implantação do

estado de sítio, como 1922-26, que deram margem a todo tipo de desmandos contra as organizações operárias. Outro aspecto característico da política na Primeira República, a existência de arranjos locais e regionais específicos, também era determinante: a repressão em São Paulo era muito mais acentuada do que no Distrito Federal, onde o governo estava mais sujeito a pressões. No entanto, comparando-se com outros países sul-americanos como a Argentina e o Chile, que nessa época foram palco de massacres de trabalhadores, a repressão brasileira parecia menos sanguinária.

A despeito de todas as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação da classe operária, a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe. Mas é preciso reconhecer que, malgrado esse caráter extraordinário, a ação organizada da classe por meio de suas instituições ou de ações coletivas atingiu apenas uma minoria dos trabalhadores, entre outras razões porque nesse período 80% da população brasileira vivia no campo.

A organização operária

Desde o século XIX, em particular na sua segunda metade, os trabalhadores urbanos livres mais qualificados, geralmente exercendo ofícios artesanais, passaram

a se organizar em sociedades de socorros mútuos. Impedidos pela Constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, encontraram nas sociedades mutualistas tanto o meio para exercer a solidariedade (através de auxílios para os membros em caso de doença, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral etc.) como para zelar pelos interesses de seu ofício. Muitas dessas sociedades mutualistas continuaram em atividade nos primeiros anos do século seguinte; entretanto, tiveram que desenvolver atividades sindicais ou enfrentar a concorrência de novas associações primordialmente voltadas para a ação sindical.

Já sob a constituição republicana, a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. Voltados para a "ação econômica", os sindicatos enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc. Essas novas organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato. Com freqüência, na denominação havia a qualificação "de resistência", para enfatizar sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas "beneficentes". Na prática, porém, a clara diferenciação entre os dois tipos de associação (sindicatos e mutualistas) estava mais presente no discurso, pois diversas socieda-

des "de resistência" continuaram a prestar alguns dos auxílios das sociedades mutualistas.

Existiram, fundamentalmente, três tipos de sindicatos ou sociedades de resistência durante a Primeira República: as associações pluriprofissionais, reunindo operários de diferentes ofícios e diferentes ramos industriais; as sociedades por ofício, reunindo unicamente operários de determinado ofício e, quando muito, de alguns ofícios similares; e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Havia, ainda, casos de sindicatos de empresa, reunindo exclusivamente trabalhadores de uma empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios.

Os sindicatos pluriprofissionais surgiram, sobretudo, em cidades ou bairros com pouca ou nenhuma organização por ofício; geralmente representavam a primeira forma de estrutura sindical possível, tendendo a desaparecer com o desenvolvimento de organizações específicas por ofício. Assim, em centros urbanos mais industrializados, datam com freqüência da última década do século XIX ou dos primeiros anos do século XX; já em cidades do interior, costumam ter uma maior sobrevida. Adotam denominações como união operária ou liga operária. Também podem ser considerados uma forma de organização em momentos de crise, como ocorreu na cidade de São Paulo na conjuntura grevista de 1917 a 1919 — quando, diante da desor-

ganização dos sindicatos de ofício e de indústria, surgiu uma série de ligas operárias por bairro (Liga Operária da Moóca, do Bom Retiro, do Ipiranga, do Brás etc.). Todavia, mesmo em momentos de crescimento do movimento sindical e das suas associações, as organizações pluriprofissionais são uma forma de trazer para o movimento categorias que ainda não tiveram força para criar organizações próprias, nesses casos aparecendo geralmente com a denominação de sindicato de ofícios vários.

Os sindicatos por ofício constituem a base da organização operária na Primeira República, sendo o tipo de organização predominante e tendendo a ser a forma priorizada pelo movimento operário, pelo menos até a segunda metade dos anos 1910. Assim como as sociedades mutualistas por ofício, os sindicatos por ofício representavam sobretudo os ofícios mais qualificados e/ou com maior tradição organizacional. No caso da construção civil, por exemplo, ofícios como os de pedreiro, carpinteiro e estucador tinham seus sindicatos, enquanto os serventes de obra — mão-de-obra pouco qualificada — dependiam da criação de um sindicato geral da construção civil, isto é, um sindicato de indústria, para contar com uma organização que os aceitasse e os representasse. A mesma lógica prevaleceu para todos os ramos de atividade em que atuavam profissionais razoavelmente qualificados — cujo exer-

cício pressupunha um período prévio de aprendizagem — ao lado de trabalhadores sem qualificação, como ocorria também na indústria metalúrgica.

Os sindicatos por indústria foram implantados com mais facilidade em atividades nas quais não existiam sindicatos de ofício fortes, como na indústria têxtil, que historicamente tivera como característica um acentuado processo de desqualificação, ou seja, em que o grau de mecanização permitira a eliminação da maioria das funções qualificadas. Em outros setores essa implantação variou em virtude da conjuntura vivida pelo movimento operário e também de cidade para cidade. Santos, estado de São Paulo, desde muito cedo (1904) teve um sindicato da construção civil reunindo tanto os ofícios qualificados como os trabalhadores sem qualificação (os serventes). Foi uma exceção. Na cidade do Rio de Janeiro a primeira tentativa bem-sucedida de um sindicato por indústria nesse ramo data de 1915 e, na cidade de São Paulo, de 1919. No entanto, foi na conjuntura de 1917-19 que a defesa do sindicato por indústria ganhou força e o número de sindicatos desse tipo aumentou em cidades como a então capital federal e São Paulo.

As organizações sindicais freqüentemente faziam parte de federações locais ou estaduais, particularmente nos momentos de fortalecimento do movimento, quando essas federações adquiriam uma existência

mais do que nominal. No caso das federações, de modo ainda mais visível do que no dos sindicatos, alternavam-se períodos de funcionamento com períodos em que desapareciam, variando de acordo com a conjuntura econômica e política vivida pelo movimento operário. Assim, a Federação Operária do Rio de Janeiro funcionou por um breve período em 1906, quando foi criada; voltou a ser organizada em 1907 e funcionou até 1910; novamente reorganizada em 1912, ficou em atividade até 1917, quando foi fechada pela polícia. Essa irregularidade não impediu que, pelo menos por algum tempo, tivessem funcionado federações operárias locais ou estaduais em boa parte dos centros em que havia algum movimento operário estruturado, do Rio Grande do Sul ao Pará.

Outro tipo de federação foram as de ofício ou de ramo de atividade, reunindo, no primeiro caso, sindicatos de diferentes localidades que representassem um mesmo ofício; e, no segundo, agrupando sindicatos atuantes em um mesmo ramo de atividade ou indústria com abrangência local, estadual e, até mesmo, nacional. Entre os raros exemplos de uma federação nacional figura a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, fundada em 1927.

Por último, dentre as organizações de caráter sindical — que, em tese, deveriam constituir o ápice da pirâmide organizacional das sociedades de resis-

tência — estavam as centrais sindicais ou confederações. A mais conhecida delas foi a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja criação foi decidida pelo 1º Congresso Operário Brasileiro (1906), mas que somente seria estruturada em 1908 e funcionaria até o ano seguinte, voltando a atuar mais tarde, entre 1913 e 1915. Em termos práticos, a COB contou apenas com a estrutura da Federação Operária do Rio de Janeiro, sem ter uma efetiva organização própria, nem tampouco uma dimensão nacional. Todas as demais tentativas de constituir centrais sindicais nacionais nesse período padeceram — em maior ou menor grau — esse mesmo tipo de problema: a ausência de uma base nacional real.

Durante a Primeira República a única legislação especificamente voltada para os sindicatos foi o decreto 1.637 de 5 de janeiro de 1907 que dispunha sobre os sindicatos profissionais e as cooperativas. No entanto, essa legislação criava uma série de restrições práticas ao enquadramento das sociedades operárias existentes, estipulando, por exemplo, que apenas ofícios similares poderiam fazer parte de um mesmo sindicato — o que excluiria as associações pluriprofissionais — e, ainda, que apenas brasileiros ou estrangeiros com mais de cinco anos de residência no Brasil pudessem fazer parte de suas direções. Desse modo, a maioria das sociedades operárias preferiu ignorar a nova legislação, continuando a se organizar sob os termos da legislação que regia

o funcionamento das sociedades civis, como o Código Comercial de 1850 e, mais tarde, o Código Civil de 1916. Essas sociedades tinham que registrar seus estatutos em cartório e comunicar sua existência à polícia, mantendo-a informada das alterações estatutárias e das mudanças de diretoria, mas, à diferença das sociedades recreativas, como os clubes carnavalescos, não necessitavam de uma licença anual de funcionamento.

Além das sociedades mutualistas e das sociedades de resistência em suas diversas variedades e instâncias, conviveram nesse período uma ampla gama de formas de organização dos trabalhadores, como cooperativas de consumo e de produção e associações culturais, recreativas, educacionais e políticas. No entanto, com freqüência mais de uma dessas atividades era desempenhada por uma mesma associação, inclusive no caso das sociedades de resistência.

Correntes ideológicas e estratégias sindicais

O Brasil do final do século XIX assistiu ao surgimento de uma série de grupos socialistas, a começar pelo círculo socialista fundado em Santos (SP) em 1889, seguido pelo Partido Operário criado na capital federal no ano seguinte. Até os anos 1930 proliferou uma sucessão de partidos socialistas de duração efêmera, quase sempre de expressão puramente local. Como

tência — estavam as centrais sindicais ou confederações. A mais conhecida delas foi a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja criação foi decidida pelo 1º Congresso Operário Brasileiro (1906), mas que somente seria estruturada em 1908 e funcionaria até o ano seguinte, voltando a atuar mais tarde, entre 1913 e 1915. Em termos práticos, a COB contou apenas com a estrutura da Federação Operária do Rio de Janeiro, sem ter uma efetiva organização própria, nem tampouco uma dimensão nacional. Todas as demais tentativas de constituir centrais sindicais nacionais nesse período padeceram — em maior ou menor grau — esse mesmo tipo de problema: a ausência de uma base nacional real.

Durante a Primeira República a única legislação especificamente voltada para os sindicatos foi o decreto 1.637 de 5 de janeiro de 1907 que dispunha sobre os sindicatos profissionais e as cooperativas. No entanto, essa legislação criava uma série de restrições práticas ao enquadramento das sociedades operárias existentes, estipulando, por exemplo, que apenas ofícios similares poderiam fazer parte de um mesmo sindicato — o que excluiria as associações pluriprofissionais — e, ainda, que apenas brasileiros ou estrangeiros com mais de cinco anos de residência no Brasil pudessem fazer parte de suas direções. Desse modo, a maioria das sociedades operárias preferiu ignorar a nova legislação, continuando a se organizar sob os termos da legislação que regia

o funcionamento das sociedades civis, como o Código Comercial de 1850 e, mais tarde, o Código Civil de 1916. Essas sociedades tinham que registrar seus estatutos em cartório e comunicar sua existência à polícia, mantendo-a informada das alterações estatutárias e das mudanças de diretoria, mas, à diferença das sociedades recreativas, como os clubes carnavalescos, não necessitavam de uma licença anual de funcionamento.

Além das sociedades mutualistas e das sociedades de resistência em suas diversas variedades e instâncias, conviveram nesse período uma ampla gama de formas de organização dos trabalhadores, como cooperativas de consumo e de produção e associações culturais, recreativas, educacionais e políticas. No entanto, com freqüência mais de uma dessas atividades era desempenhada por uma mesma associação, inclusive no caso das sociedades de resistência.

Correntes ideológicas e estratégias sindicais

O Brasil do final do século XIX assistiu ao surgimento de uma série de grupos socialistas, a começar pelo círculo socialista fundado em Santos (SP) em 1889, seguido pelo Partido Operário criado na capital federal no ano seguinte. Até os anos 1930 proliferou uma sucessão de partidos socialistas de duração efêmera, quase sempre de expressão puramente local. Como

ideologia, professavam um socialismo eclético, marcado pelo forte viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo do período da Segunda Internacional, cuja proximidade com a matriz original marxista era, por vezes, mais simbólica que real — ainda que não deixasse de se remeter a Marx. A maioria desses partidos defendia um programa de reformas (voto secreto, ampliação do direito de voto, revocabilidade dos mandatos, jornada de oito horas, criação de tribunais arbitrais entre patrões e empregados, proibição do trabalho de menores de 14 anos, restrição ao trabalho noturno, direito de greve etc.) e pretendia concretizá-lo por meio de pressões e da eleição de seus representantes. No entanto, o sistema eleitoral da Primeira República, com o voto aberto e o controle das eleições pelos partidos situacionistas, dificultava enormemente esse projeto. Tal dificuldade era acrescida pelo imenso peso de trabalhadores estrangeiros não-naturalizados, estando, portanto, excluídos do direito de voto.

Divididos por disputas pessoais e políticas e submetidos à lógica da política local da Primeira República, os socialistas, a despeito de iniciativas como os congressos socialistas brasileiros de 1892 e de 1902, jamais alcançaram uma unidade duradoura em uma organização nacional única. Um outro aspecto que reforçava essa divisão era a atitude de várias das organizações socialistas de imigrantes, que agiam como filiais dos

partidos socialistas dos seus países de origem e voltavam-se inteiramente para a política nesses países, sem demonstrar grande interesse pelo movimento operário mais geral ou pela unificação de esforços com os socialistas brasileiros. Sintomático dessa atitude é o exemplo do Círculo Socialista *Avanti!* (editor do jornal homônimo em São Paulo), que, fundado em 1900, teve um papel de destaque nas greves têxteis de 1902 e no congresso socialista realizado naquele mesmo ano, mas progressivamente acabou por abandonar a política brasileira para preocupar-se primordialmente com a política italiana.

O anarquismo no Brasil começou a se difundir, sobretudo a partir dos anos 1890, através de grupos de propaganda e periódicos, que atingiam um público mais amplo do que as experiências de comunidades libertárias rurais, como a Colônia Cecília (1890-94) em Palmeiras (PR). Os pioneiros foram os jornais *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asino Umano* (1894-1894) e *L'Avvenire* (1894-95), todos publicados em São Paulo por grupos compostos majoritariamente por imigrantes italianos. Já no Rio de Janeiro, os primeiros jornais anarquistas, *O Despertar* (1898) e *O Protesto* (1898-1900), foram publicados por grupos que reuniam brasileiros, espanhóis e portugueses. A ação dos anarquistas prosseguiu tendo por base, quase sempre, grupos de propaganda bastante informais, publicando periódi-

cos, atuando na educação dos trabalhadores e participando de associações diversas no meio operário, inclusive nos sindicatos.

O ideário comum dos anarquistas passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo. Em sua maioria, os anarquistas no Brasil eram seguidores das posições do russo Pedro Kropotkin e do italiano Errico Malatesta, representantes da corrente que se convencionou chamar anarco-comunista e que dominou o anarquismo internacional a partir dos anos 1880. Havia ainda uma minoria de representantes do chamado anarco-individualismo, seguidores das posições do alemão Max Stirner e também influenciados por seu compatriota Friedrich Nietzsche. A diferença fundamental entre as duas correntes residia sobretudo na maneira de encarar a ação anarquista e a transformação social: ação individual, para os individualistas, e coletiva, para os comunistas. Todavia, as duas correntes estavam longe de ser internamente homogêneas; em ambas havia, por exemplo, aqueles que defendiam e aqueles que se opunham à participação na luta sindical. Essa diferença — que, de resto, costumava ser mais conjuntural do que de princípios — levou vários autores a falar erroneamente de uma oposição entre, de um lado, anarco-comunis-

mo, que seria contrário à participação nos sindicatos e, cujo principal porta-voz teria sido o jornal paulistano *La Battaglia* (1904-1913); e, de outro, anarco-sindicalismo, que seria favorável à luta sindical. No que diz respeito a essa última classificação, na realidade, a imensa maioria dos anarquistas que atuavam nos sindicatos nesse período jamais designou a si própria nesses termos. Quando muito, o termo poderia ser aplicado com alguma propriedade à posição que defendia uma adoção programática do anarquismo pelo sindicato, proposta pela Federação Operária Regional Argentina (FORA), e que no Brasil, antes da década de 1920, só fora encampada pela Federação Operária Local de Santos.

Além das duas correntes acima mencionadas, há uma série de tendências que atuam no movimento operário, mas que acabam sendo — por diversas razões — menos visíveis. Uma delas é o positivismo, claramente perceptível com uma identidade própria no caso da capital federal e do Rio Grande do Sul e muito mais difuso em outros lugares, já que freqüentemente mescla-se com o socialismo e, até mesmo, com algumas expressões do anarquismo. No Rio de Janeiro, o principal representante dessa corrente no movimento operário foi o torneiro mecânico e armeiro Francisco Juvêncio Sadock de Sá (1856-1921), funcionário do Arsenal de Guerra, que criou organizações como o

Círculo dos Operários da União (1909) e o Círculo Operário Nacional (1916). Já no Rio Grande do Sul, essa corrente aparece a partir da década de 1910 através da aproximação entre dirigentes operários e o situacionista Partido Republicano Rio-Grandense, de Borges de Medeiros, que fez do positivismo uma ideologia de Estado.

A atuação dos positivistas no meio operário consiste em levar adiante reivindicações relacionadas com a melhoria das condições de vida e trabalho, mas defendendo esses pontos através de apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recurso à greve e outras formas mais radicais de luta. Em suma, pretendem, ao seu modo, garantir uma certa cidadania social para os trabalhadores, pondo em prática a máxima de Auguste Comte da "incorporação do proletariado à sociedade moderna".

Uma corrente um pouco mais difícil de situar ideologicamente é o sindicalismo-cooperativista, que, além de apresentar certa afinidade com os seguidores de Sadock de Sá, no que diz respeito à forma de ação, também encontrará a maioria dos seus adeptos entre os operários do Estado. A existência desta corrente está ligada de perto à atividade de propaganda em prol das cooperativas empreendida por Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, que data do início dos anos 1910,

quando dirigiu o Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativas do Ministério da Agricultura. Foi das poucas correntes a fundar sindicatos com base na lei de 1907. Em 1920, Sarandy Raposo fundou a Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira, substituída no ano seguinte pela Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, que tinha por base sobretudo associações ligadas à Estrada de Ferro Central do Brasil, no Distrito Federal, estado do Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e leste de São Paulo. Na verdade, essa corrente não representaria mais do que uma nota de rodapé na história do movimento operário brasileiro, não fosse pela aliança que constitui em 1923 com o nascente Partido Comunista, a qual propicia aos comunistas um poderoso meio de propaganda: uma coluna no jornal diário *O Paiz*.

Bem mais representada que o positivismo ou o cooperativismo no meio operário estava a corrente católica, através de organizações ligadas à Igreja que buscavam subtrair o operariado da influência anarquista e socialista e da ação sindical. Com base na doutrina social da Igreja católica — expressa na encíclica *Rerum novarum* lançada pelo papa Leão XIII em 1891 —, essas organizações leigas estavam presentes nos principais centros urbanos a partir de fins do século XIX, dispondo com freqüência de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo, do entendimento

entre trabalhadores e patrões e contrária às greves, mescladas a uma tímida denúncia dos males da industrialização e a um virulento anti-socialismo. Durante a Primeira República, poucas organizações atingiram o peso e a influência do Centro dos Operários Católicos (1899), de São Paulo — mais tarde, Centro Operário Católico Metropolitano (1907), com ramificações em vários bairros da capital e em cidades do interior do estado; da Confederação Católica do Trabalho (1919), de Belo Horizonte, uma espécie de central de sindicatos católicos; ou, ainda, da Federação Operária Cristã, atuante nos anos 1910 e 1920 em Pernambuco, mas com influência também nos estados vizinhos. Em vários lugares, como no Rio de Janeiro, parece haver um nítido aumento das atividades dessas organizações como resposta à onda grevista da conjuntura 1917-19. No entanto, somente nos anos 1930 é que o catolicismo iria assumir uma atitude mais militante de disputa pelo movimento sindical.

No campo da luta sindical, entre os primeiros anos do século XX e o início da década de 1920 houve essencialmente duas concepções da prática sindical: o sindicalismo de ação direta e o sindicalismo reformista. À época da realização do congresso operário de 1906, essa divisão já era claramente perceptível.

A primeira dessas concepções é, sem dúvida, a mais difundida. O sindicalismo de ação direta, ou sindica-

lismo revolucionário, tinha por modelo a política adotada pela Confederação Geral do Trabalho francesa, e fundava-se na rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões; na condenação da organização partidária e da política parlamentar; na proibição da existência de funcionários pagos nos sindicatos; na adoção de direções colegiadas e não-hierárquicas; na reprovação dos serviços de assistência nos sindicatos; na recusa da luta por conquistas parciais; na defesa da greve como principal forma de luta, apontando para a greve geral. Foram essas concepções, com maior ou menor ênfase, que dominaram as resoluções dos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920. Sem constituir propriamente uma teoria coerente, o sindicalismo revolucionário foi antes de tudo uma prática sindical adotada, por exemplo, pelas federações operárias do Rio de Janeiro e de São Paulo e pela Confederação Operária Brasileira.

Em sua origem francesa, o sindicalismo revolucionário — cujas diretrizes foram estabelecidas no Congresso de 1906 da CGT que produziu a chamada "Carta de Amiens" — tinha nítida influência do anarquismo. Vários dos seus mentores provinham dessas fileiras, o que explica o peso do federalismo e a crença em uma sociedade futura fundada em unidades produtivas autônomas. Suas principais diferenças com relação ao anarquismo estão em atribuir ao sindicato o papel de

embrião da sociedade futura e à greve geral, o de único instrumento para a realização da revolução social.

No Brasil, as estratégias de longo prazo são deixadas de lado; o que prevalece desde as resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906 é a receita do funcionamento prático do sindicato desburocratizado, autônomo e voltado primordialmente para a resistência, ou seja, para a luta econômica. Assim, para a maioria da liderança anarquista, que defendia a participação nos sindicatos, não havia nenhuma incompatibilidade entre seu próprio programa de longo prazo e a adoção, no dia-a-dia da luta sindical, do sindicalismo revolucionário. Esta se torna, portanto, a forma de ação adotada pelos anarquistas no meio sindical, sem que isso significasse que a atuação desses anarquistas estivesse restrita ao sindicato.

No entanto, se o sindicato se torna campo de ação para mais de uma corrente anarquista e o sindicalismo revolucionário fornece o programa e a prática de aplicação possível, isso não significa que não existissem aqueles que tinham esse programa e essa prática como objetivo — isto é, aqueles que não viam o sindicalismo revolucionário apenas como um recurso tático, assumindo integralmente essa versão brasileira do projeto francês, que era sem dúvida mais sindicalista do que revolucionária. Esses sindicalistas podem ser encontrados sobretudo entre aqueles que, na falta de um termo

mais adequado, podemos chamar de "quadros intermediários" do movimento operário, que têm uma ação muito mais voltada para suas categorias profissionais, atuando quase que exclusivamente nos seus sindicatos. Diferentemente dos "quadros dirigentes", raramente têm atuação destacada em jornais e outras instâncias externas. Figuras como Minervino de Oliveira — líder da categoria dos marmoristas do então Distrito Federal e futuro candidato à Presidência da República pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1930 — parecem enquadrar-se muito mais facilmente, pelo menos até a década de 1910, nesse grupo do que na categoria de anarquistas convictos, e trata-se de apenas um exemplo entre muitos.

O sindicalismo revolucionário foi, sem dúvida, a tendência mais influente no cenário do movimento operário da Primeira República, tanto por suas diversas iniciativas no campo das lutas sociais como pelas organizações que criou, pelos vários jornais que publicou e pelo esforço muito mais consistente e sistemático de propaganda de suas concepções. Todavia, mesmo tendo sido hegemônico em alguns momentos e lugares, teve que enfrentar a concorrência de outra tendência sindical, menos estruturada mas bastante disseminada: o sindicalismo reformista.

O sindicalismo reformista também foi chamado por alguns autores (entre os quais me incluo) de sindicalis-

mo "amarelo" ou, ainda, por outros, como Boris Fausto, de "trabalhismo carioca". Essas duas denominações, ao invés de facilitarem a compreensão do fenômeno, trazem muitos inconvenientes. O termo "sindicalismo amarelo" era empregado pelos partidários do sindicalismo revolucionário para designar pejorativamente seus adversários, recorrendo a uma designação que indicava no caso francês um sindicalismo estimulado e financiado pelos patrões (fenômeno que no Brasil foi extremamente marginal, reduzido ao caso de algumas associações beneficentes de empresas). Já "trabalhismo" remete inevitavelmente ao sindicalismo oficial pós-1930, o que constitui um anacronismo, mesmo que se possam vislumbrar traços comuns entre o fenômeno da Primeira República e o posterior sindicalismo afinado com o Ministério do Trabalho. Se acrescido, então, do adjetivo "carioca", essa forma de sindicalismo fica parecendo um fenômeno puramente local e excepcional, quando, em realidade, teve expressão muito mais ampla. Assim, com toda a imprecisão que a designação comporta, *sindicalismo reformista* ainda parece ser a melhor denominação para os principais concorrentes do sindicalismo de ação direta no movimento operário.

O sindicalismo reformista nunca foi ideologicamente homogêneo e jamais alcançou uma unidade organizacional, como ocorreu no sindicalismo revolucionário com a COB, tendo sido, antes de tudo, uma concepção

do funcionamento do sindicato e uma prática sindical partilhadas por uma constelação de correntes: socialistas de diferentes matizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos. Era um sindicalismo que via a necessidade de organizações duradouras, fortes e financeiramente sólidas para alcançar seus objetivos, não hesitando em manter funções mutualistas para garantir a permanência dos associados pagando suas mensalidades. Para esse sindicalismo a greve era o último recurso, e nada mais que isso, jamais um fim em si mesmo, pois o que importava era a obtenção de ganhos, mesmo que parciais, em qualquer movimento. Para ver atendidas as reivindicações apresentadas, qualquer ajuda era bem-vinda, inclusive a intermediação de advogados, políticos, autoridades. Mas a idéia de que toda conquista obtida era provisória, podendo ser revertida em um momento menos favorável, conduziu esse sindicalismo à defesa da consolidação dos ganhos do movimento operário através de leis. Além disso, ao contrário do sindicalismo revolucionário, o sindicalismo reformista não condenou a participação política e em diferentes momentos apresentou candidatos operários às eleições legislativas.

Foi sobretudo no Distrito Federal que a presença dessa corrente sindical foi mais visível, com uma implantação forte, em particular, entre portuários (onde atuava a poderosa União dos Operários Estivadores, fundada em 1903) e no setor de transportes (onde a

Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas exerceu um papel fundamental). Entretanto, organizações favoráveis a essa perspectiva podem ser encontradas em diversas cidades brasileiras, tanto no sul como no norte. Durante o primeiros anos de sua existência, da fundação em 1906 até 1911 (quando os partidários da ação direta ganharam as eleições para a direção), a Federação Operária do Rio Grande do Sul foi dominada pelos socialistas e, portanto, pelo sindicalismo reformista em uma de suas expressões. Em Santos (SP), em 1904-6, a Sociedade Internacional União dos Operários representou uma exceção em uma cidade que seria marcada pelo peso do anarquismo. Outra expressão do sindicalismo reformista foi a Federação Operária Mineira, com sede em Juiz de Fora, pelo menos durante os primeiros tempos de sua atuação, na primeira metade da década de 20. De qualquer modo essa federação representou o desdobramento de outras organizações reformistas previamente existentes, como a Federação do Trabalho. No Nordeste, um exemplo, entre muitos, de organização ligada a essa corrente sindical foi o Centro dos Operários de Pernambuco, nos anos 1910.

O mais próximo que o sindicalismo reformista chegou de uma unidade foi a realização, em novembro de 1912, no Rio de Janeiro, do 4º Congresso Operário Brasileiro (seus organizadores listavam como seus antecessores os congressos socialistas de 1892 e 1902 e o

Congresso Operário Brasileiro de 1906). Mesmo assim, tanto o congresso como a Confederação Brasileira do Trabalho, misto de central sindical e partido político que dele resultou, reuniram apenas uma parcela do sindicalismo reformista.

Em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, consolida-se uma nova corrente ideológica no movimento operário, que já vinha sendo gestada desde o final da década precedente, no rastro da influência da Revolução Russa. O PCB diferia tanto dos socialistas como dos anarquistas: era uma organização centralizada e nacional (mesmo que essa implantação nacional não tenha ocorrido imediatamente), que, apesar de defender uma mudança revolucionária, não renunciava à participação nas eleições como forma de propaganda e aceitava tomar parte — através dos sindicatos sob sua influência — das negociações, visando conquistas a curto prazo para o operariado, como ocorreu na discussão da regulamentação da lei de férias, em 1926. Por outro lado, se tanto socialistas como anarquistas tinham ligações com movimentos internacionais, no caso dos comunistas essa ligação tornou-se orgânica, já que o PCB se tornou partido-membro da Internacional Comunista a partir de 1924. Porém uma particularidade do PCB, se comparado à maioria dos partidos comunistas surgidos de cisões de partidos socialistas, era a origem da maior parte dos seus qua-

dros no anarquismo — ou, pelo menos, nas associações operárias influenciadas pelos anarquistas.

A política sindical dos comunistas não chega, propriamente, a primar pela originalidade, pelo menos nos primeiros tempos de sua implementação, quando foi marcada sobretudo pela defesa do sindicato industrial (por ramo de produção), desdobramento lógico das resoluções aprovadas no 3º Congresso Operário Brasileiro de 1920. No entanto, ao adotar a política de "unidade sindical" (que hoje se diria de "unicidade sindical") — a defesa de um único sindicato por categoria ou ramo industrial —, o PCB optou por disputar o controle dos sindicatos sob domínio de outras correntes. Até então, mesmo ocorrendo raramente, não havia nenhum impedimento prático a que existisse mais de um sindicato por categoria, refletindo as diferentes correntes que disputavam a representação daquela categoria, ou seja, aquilo que hoje é chamado de "pluralismo sindical".

Por conseguinte, no movimento operário os comunistas adotaram uma política agressiva de luta pela conquista dos sindicatos. Com esse objetivo a política de "unidade sindical" gerou, em termos práticos, a aliança, em 1923, com a reformista Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, visando reduzir a influência dos anarquistas nos sindicatos e tomar-lhes o controle dessas organizações. Mais tarde, em 1925,

com o 2º Congresso do PCB, foi a vez da política de "frente única operária", que — sem abrir mão da retórica em torno da unidade sindical — visava a conquistar as bases das categorias cujos sindicatos estavam sob o controle de lideranças reformistas. Tornou-se corrente a criação de frações comunistas organizadas, que constituíam oposições nos sindicatos sob controle reformista ou anarquista e que, mesmo no caso de derrota nas eleições sindicais permaneciam em atividade. O Bloco Têxtil — que, em 1926 no Rio de Janeiro, conquistou a direção da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (até então sob controle reformista) — representou um dos primeiros triunfos dessa estratégia. O mal-estar que esta política causou entre alguns dos sindicalistas comunistas seria em parte responsável pela primeira cisão importante do PCB, em 1928, capitaneada pelo alfaiate Joaquim Barbosa, encarregado pela direção do partido das questões sindicais que renunciara a suas funções.

Breve história do movimento operário

A República trouxe inicialmente esperança, que logo deu lugar à decepção, àqueles que buscavam obter a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalha-

dores. Mesmo a parca legislação aprovada visando à melhoria das condições de trabalho — como o decreto 1.313 de 1891 regulamentando o trabalho de menores nas fábricas do Distrito Federal — ficou só no papel, pela falta de vontade política e de uma estrutura de fiscalização para seu cumprimento. Ao mesmo tempo não deixaram de ocorrer arbitrariedades, como a expulsão sem processo de operários estrangeiros acusados de anarquismo, determinada por Floriano Peixoto, com base no Código Penal de 1890. Assim os primeiros anos da última década do século XIX transcorreram sob o impacto da tomada de consciência dos limites da nova ordem e da experiência de sua capacidade repressiva. A República não fora uma revolução social, e não promovera a libertação do "quarto estado", o proletariado, como haviam almejado os trabalhadores envolvidos no movimento republicano. Para muitos destes, as saídas encontradas iam desde a adesão a projetos que visavam a retomar o rumo do qual a República supostamente se desviara até a busca de ideais que ultrapassavam o projeto republicano; dentro desse quadro, o socialismo, em suas muitas vertentes, e o anarquismo, que tampouco era homogêneo, tornaram-se saídas plausíveis.

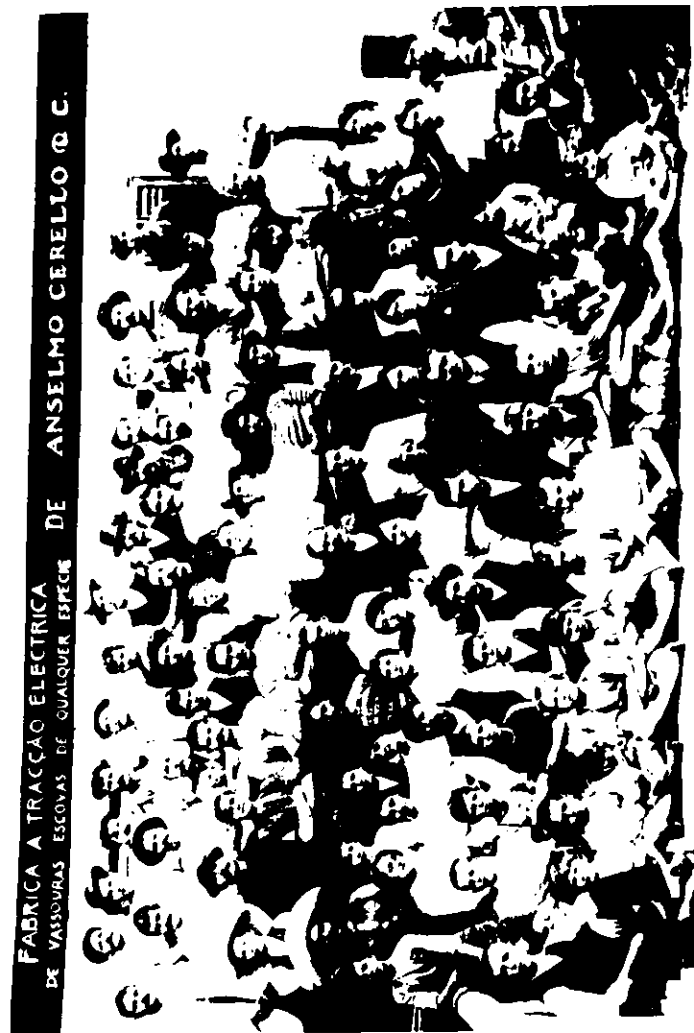
À exceção da cidade de Santos, que viveu greves importantes no porto em 1891 e 1897, a maioria das greves da última década do século XIX no Brasil desenrolou-se no âmbito de empresas ou oficinas. As socie-

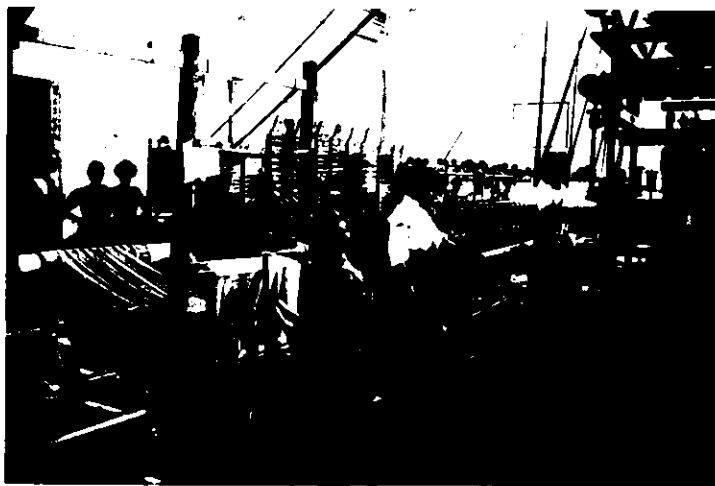
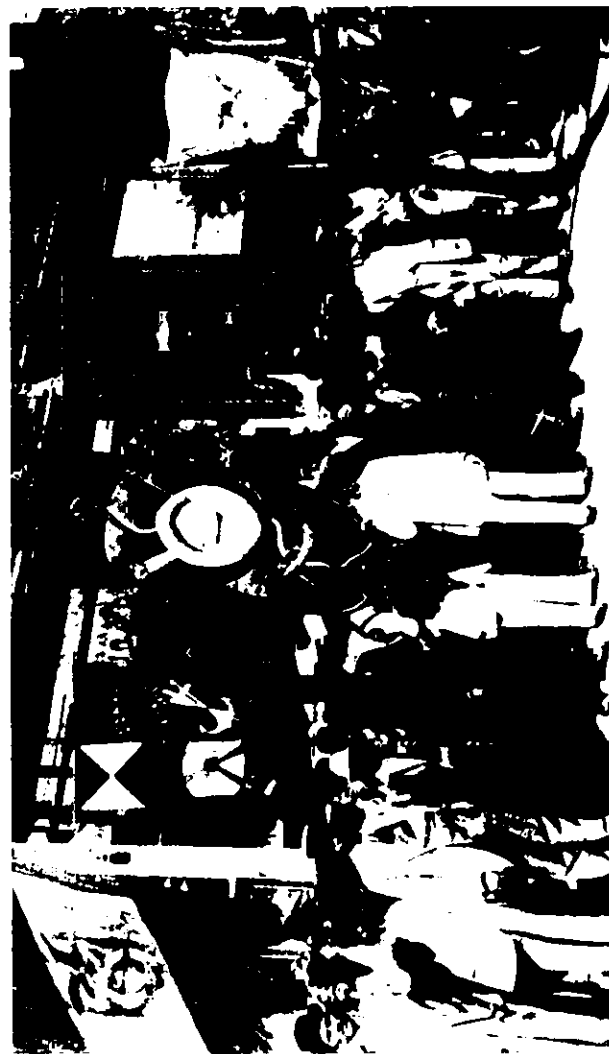
dades operárias eram mais mutualistas que sindicais e, com freqüência, tinham um caráter híbrido de organização política e sindical.

Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903; por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical. Em alguns casos essas organizações surgiram em decorrência de movimentos grevistas, em outros precederam as greves; em todo caso, nasceram em momentos de mobilização das categorias que as criaram. Desse modo, categorias inteiras que não haviam passado por experiências prévias de organização formaram sociedades. Em São Paulo, por exemplo, houve aumento significativo do número de greves nos primeiros anos do século com relação ao período precedente; em contrapartida verificou-se um incremento na organização dos trabalhadores em sociedades de resistência.

Se a maioria das greves nesses primeiros anos teve caráter bastante circunscrito, muitas vezes limitado a uma única empresa, começaram a ocorrer movimentos de maior vulto, envolvendo categorias inteiras e, por vezes, diversas categorias. A greve da indústria têxtil na capital federal em agosto-setembro de 1903 foi um marco nesse sentido, sobretudo por envolver uma ca-

tegoria submetida ao trabalho mecânico, com considerável presença de mulheres e menores, e que não contava com a experiência organizativa prévia das categorias artesanais qualificadas. Outro aspecto marcante da greve foi ter recebido a adesão de outras categorias, o que lhe conferiu ares de uma greve geral, reunindo milhares de trabalhadores. A greve foi precedida de uma série de mobilizações localizadas, que deram origem — justamente nessa categoria, em tese tão pouco propensa à organização — ao primeiro sindicato industrial do Distrito Federal, a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos. A greve foi ferozmente reprimida e nenhuma de suas reivindicações, entre as quais a jornada de oito horas, foi atendida. Apesar da derrota, esse movimento lançou as bases de um sindicalismo mais calcado na ação direta no Rio de Janeiro. Um mês depois da greve era fundada a Federação das Associações de Classe, que em 1905 daria origem à Federação Operária Regional Brasileira. Esta, por sua vez, organizaria o 1º Congresso Operário Brasileiro, em abril de 1906, transformando-se em seguida na Federação Operária do Rio de Janeiro.

Um ano antes, em 1905, estruturara-se na capital paulista a Federação Operária de São Paulo (FOSP). Ambas as instituições ilustram o aumento no número de associações operárias e de federações neste período — precedendo a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro. Reunido em abril de 1906 no Centro Gale-

1. Trabalhadores e dirigentes da Fábrica de Vassouras de Anselmo Cerello, São Paulo.

2. Cotonifício Rodolpho Crespi no bairro da Moóca, São Paulo. Fábrica que deu início ao movimento que resultou na greve geral de julho de 1917.

3. Operárias de uma indústria têxtil, um dos setores industriais com maior número de mulheres.

4. Sindicatos reformistas na celebração do 1º de Maio de 1913, na Vila Proletária Marechal Hermes, Rio de Janeiro.

5. Impressão de jornal em sede de associação operária, São Paulo.

6. Cortejo fúnebre do sapateiro José Iñeguez Martinez, em São Paulo, 11 de julho de 1917, morto pela polícia.

go, na capital federal, este congressso contou com 28 delegações provenientes do Distrito Federal e dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco, sendo que a imensa maioria (25) representava as duas primeiras unidades da federação. Um grupo de militantes anarquistas, que contaria, entre outros, com Edgard Leuenroth, Mota Assunção, Luiz Magrassi e Alfredo Vasques, imprimiu o tom ao congresso. Ao aprovar resoluções condenando a ação política e outras relativas à forma de organização das sociedades operárias e aos princípios que deveriam regê-la, estabeleceu as bases da posição sindicalista revolucionária no movimento operário. Além disso, ao tratar, em várias de suas resoluções, da luta pela jornada de oito horas de trabalho — aprovando, inclusive, que em 1º de maio do ano seguinte o proletariado brasileiro deveria lutar por essa causa — colocou essa questão na ordem do dia, mesmo para aqueles que não haviam participado do encontro.

Ainda em 1906, no mês de outubro, o movimento pelas oito horas desembocou numa greve geral em Porto Alegre (RS), terminando em conquistas parciais e na fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) — que, ao contrário de suas congêneres, era dominada pelos socialistas. Seguiram-se greves pela obtenção da jornada de oito horas ou, pelo menos, pela redução da jornada de trabalho em várias partes do país. Mas particularmente no estado de São Paulo, em maio de 1907, o movimento ganhou dimensões

significativas, com trabalhadores de várias empresas e categorias (construção civil, metalurgia, indústria alimentícia, gráficos, têxteis) iniciando paralisações — que abrangeram, além da capital, Santos, Ribeirão Preto e Campinas — em torno dessa reivindicação. Esse movimento teve resultados desiguais: terminou com vitórias em algumas empresas menores e nos casos dos trabalhadores da construção civil e dos gráficos; com vitórias parciais dos têxteis; e com a derrota dos metalúrgicos das grandes empresas.

Os anos de 1906 e 1907 também foram marcados por greves em setores estratégicos da economia exportadora da Primeira República: além da já mencionada greve dos portuários de Santos em agosto de 1906, tanto naquela cidade como no Rio de Janeiro, várias categorias ligadas à atividade portuária e ao transporte de mercadorias realizaram paralisações. No transporte ferroviário ocorreu, em maio de 1906, a greve da Companhia Paulista, atingindo, entre outras, as cidades de Jundiaí, Campinas e Rio Claro, no interior de São Paulo, que integravam o percurso de 1.057 km da estrada de ferro. Foi um dos movimentos a contar com maior solidariedade da população, em virtude da má qualidade dos serviços prestados pela companhia. Motivada por uma série de medidas da empresa e pelas más condições de trabalho, a greve acabou — a despeito da solidariedade de outros ferroviários e de outras categorias, que realizaram paralisações de apoio até no Rio de

Janeiro — vencida pela intensidade da repressão patronal e policial, sem que nenhuma de suas reivindicações fosse atendida.

A partir de 1908 há um declínio na atividade grevista, fruto da repressão crescente e da deterioração da economia com o fim do ciclo de crescimento, iniciado alguns anos antes. No que tange à repressão, além de uma maior articulação das forças encarregadas de exercê-la, há uma ampliação da legislação repressiva com a lei de expulsão dos estrangeiros, proposta pelo deputado Adolfo Gordo e aprovada em 1907, instituindo um processo sumário sem chances efetivas de defesa para os acusados. Com base nessa lei foram expulsos do Brasil, somente no ano de 1907, 132 estrangeiros, número bastante elevado se considerarmos que entre 1907 e 1921 houve um total de 556 expulsões. Nessa conjuntura, o número de greves diminuiu consideravelmente, e as que chegavam a ser realizadas acabavam inevitavelmente derrotadas. Ao mesmo tempo, muitas das organizações operárias criadas ao longo dos anos anteriores deixaram de existir, tanto em razão da ação repressiva como em decorrência da crise vivida pelo movimento.

A última greve importante dessa fase ocorreu em janeiro de 1909, envolvendo os ferroviários da Great Western em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, e reivindicando melhorias salariais. O movimento foi encerrado depois de doze dias, com a

promessa do governador de Pernambuco, Herculano Bandeira, de intervir junto à companhia em favor das reivindicações dos grevistas.

A eleição do marechal Hermes da Fonseca, em 1910, trouxe algumas novidades ao quadro político tradicional e às relações entre Estado e movimento operário. Apesar de depender pouco ou nada do voto operário, em função do sistema eleitoral da Primeira República, Hermes da Fonseca foi o primeiro candidato à presidência a mencionar em sua plataforma a existência de um problema operário a ser resolvido e a se referir à vida difícil dos pobres, mesmo que não propusesse nada de concreto para solucionar tais questões. Seu governo foi, desde o início, palco da luta entre dois setores que haviam apoiado sua candidatura: remanescentes do republicanismo radical dos primeiros tempos da República ou herdeiros dessa corrente, sobretudo militares; e membros das "oligarquias políticas" de estados que haviam sido alijados da partilha do poder nos governos precedentes, tendo como principal expoente o senador gaúcho Pinheiro Machado. A disputa entre esses dois grupos terminaria com a vitória do segundo em fins de 1913. Antes disso, no entanto, o governo havia adotado uma série de políticas contraditórias que ora sinalizava em direção ao operariado, ora mantinha a política habitual de indiferença ou repressão que marcara os governos anteriores. Entre os exemplos do primeiro tipo de política estiveram a

criação do Escritório de Propaganda dos Sindicatos e Cooperativas, no Ministério da Agricultura, dirigido por Sarandy Raposo até novembro de 1913, quando foi extinto; e o programa de construção das vilas proletárias Marechal Hermes e Orsina da Fonseca (bairros planejados no subúrbio carioca), interrompido em fevereiro de 1914. A face repressiva do governo foi revelada de saída, em 1910, com a repressão à Revolta da Chibata (tomada de navios da marinha de guerra por marinheiros que exigiam o fim de castigos físicos a bordo); prosseguiu com a participação federal na repressão ao movimento milenarista do Contestado, em Santa Catarina, iniciado em 1912; e, especificamente no caso do movimento operário — além da participação direta das forças armadas na repressão a movimentos grevistas —, com seu apoio à tentativa de ampliar e tornar mais rigorosos os termos da lei Adolfo Gordo, legislação que acabou frustrada ao ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 1914.

A proposta da nova lei foi uma resposta da bancada paulista na Câmara dos Deputados — que contou com o apoio de uma parcela da bancada governista — à retomada do movimento operário em 1912 através de uma série de greves em vários pontos do país. Visava, particularmente, os portuários de Santos, que em agosto haviam promovido uma greve por aumento salarial. O movimento fora duramente reprimido pela Força

Pública e por navios da marinha de guerra, e resultara na deportação (apesar de uma campanha nacional contra a medida) de cinco militantes da Federação Operária Local de Santos. Várias das greves de 1912 representavam uma retomada da luta pela jornada de oito horas; a mais importante delas ocorreu em Juiz de Fora, também no mês de agosto, envolvendo várias categorias e assumindo as dimensões de uma greve "quase geral". Esta paralisação teve desenlaces desiguais nas diferentes categorias e empresas, mas de modo geral não viu atendida sua reivindicação principal.

Foi nesse contexto político e de retomada da mobilização do movimento operário que, em novembro de 1912, promovido por facções do sindicalismo reformista, foi realizado o 4º Congresso Operário Brasileiro (assumindo como antecessores, conforme já vimos anteriormente, os congressos socialistas de 1892 e 1902 e o Congresso Operário Brasileiro de 1906). Embora não tenha sido promovido pelo governo, foi realizado no Palácio Monroe, sede do Senado Federal, e contou com passagens gratuitas na Estrada de Ferro Central do Brasil para os delegados, graças ao apoio do deputado pela Bahia Mario Hermes (integrante do grupo militar que apoiava o governo e filho do presidente da República). O congresso contou com 74 delegações presentes, representando 13 estados, o melhor resultado em abrangência dentre os congressos operários nacionais da Primeira República. Além de aprovar a

criação da Confederação Brasileira do Trabalho — Partido Político e condenar a lei de expulsão de estrangeiros, o congresso ratificou moções já aprovadas em outros congressos referentes à jornada de oito horas de trabalho, ao descanso semanal obrigatório, à indenização das vítimas de acidentes do trabalho, à regulamentação do trabalho de crianças e mulheres nas fábricas etc.

Os anos de 1912 e 1913 foram marcados também pela agitação contra a lei de expulsão de estrangeiros e pela campanha contra a carestia em virtude do crescente aumento no preço dos gêneros alimentícios. Coube sobretudo à Confederação Operária Brasileira (COB), de orientação sindicalista revolucionária, a campanha contra a lei de expulsão, a qual, além de promover comícios em várias cidades brasileiras, desencadeou também uma campanha em Portugal, Espanha e Itália para desestimular a emigração para o Brasil. Já a campanha contra a carestia começou em Santos, no primeiro semestre de 1912, promovida pela FOLS, mas perdeu força com a repressão que se abateu sobre a cidade em virtude da greve dos portuários. No Rio de Janeiro, a partir de fevereiro de 1913, ocorreram nada menos do que três campanhas paralelas contra a carestia — mais um reflexo das desavenças no movimento operário —, com a realização de diversos comícios, tanto nos habituais pontos de manifestação no centro da cidade como em áreas suburbanas.

Em setembro de 1913, reuniu-se no Rio de Janeiro o 2º Congresso Operário Brasileiro, uma resposta da COB e do sindicalismo revolucionário ao congresso reformista do ano anterior, o 4º Congresso Operário Brasileiro, que havia sido por eles duramente condenado. O congresso, realizado no Centro Cosmopolita, contou com 63 delegações (incluindo a representação de quatro jornais operários) provenientes de oito estados e, em grande parte, retomou as teses vitoriosas no congresso de 1906, defendendo a não-participação na política, privilegiando os sindicatos por ofício e por indústria como forma de organização, condenando o mutualismo e o cooperativismo etc. No entanto, se as resoluções tiveram conteúdo similar às do 1º Congresso, houve um detalhamento menor do funcionamento do sindicato, uma vez que as concepções do sindicalismo revolucionário já estavam suficientemente consolidadas no movimento operário e, ao mesmo tempo, as resoluções tinham um caráter ideológico mais definido — por exemplo, na resolução referente à propaganda contra o militarismo foi proposta a greve geral revolucionária diante da eventualidade do envolvimento do Brasil em um guerra externa.

O período que precedeu o congresso e o que se seguiu imediatamente à sua realização, aliados ao processo de mobilização de diversas categorias operárias com o aumento da atividade econômica, deram um forte estímulo à expansão das associações de resistência.

No entanto, a retomada da atividade industrial mostrou fôlego curto, o ciclo de crise econômica sendo retomado com a diminuição da produção e o conseqüente aumento do desemprego. Isso levou a crise ao movimento sindical, que em poucos anos volta a se desorganizar com o fechamento de muitas das sociedades criadas na mobilização de 1912-13.

O ápice da mobilização operária durante a Primeira República deu-se nos últimos anos da década de 1910, principalmente em 1917 e 1919. A I Guerra Mundial permitiu uma recuperação da produção industrial a partir de 1916. À medida que produtos importados deixavam de chegar aos portos brasileiros, as indústrias nacionais voltaram a empregar para atender ao crescimento da demanda. Ao mesmo tempo os trabalhadores enfrentavam uma escalada do custo de vida, ao passo que os salários permaneciam nos patamares anteriores à guerra.

A conjuntura favorável à satisfação de reivindicações em virtude da retomada da atividade industrial conduziu — a partir de 1916, ganhando intensidade em 1917 — o movimento operário a um acelerado processo de reorganização das sociedades de resistência desarticuladas durante a crise. No Rio de Janeiro esse processo foi particularmente intenso na primeira metade do ano de 1917; neste período a FORJ empreendeu uma campanha contra a carestia, nos moldes da que já ocorrera em 1913, mas com a particularidade de criar dessa vez

uma estrutura descentralizada com implantação nos bairros industriais. Em São Paulo, mesmo sem contar com a FOSP, que só seria reorganizada em agosto, uma estrutura por bairro também foi criada, através das Ligas Operárias dos diversos bairros. Enquanto na capital federal ocorre uma série de paralisações localizadas ao longo do primeiro semestre com a generalização de greves em julho, em São Paulo o movimento grevista demora mais para começar, mas se intensifica em um período muito mais curto, com as greves localizadas de junho sendo seguidas pela greve geral de julho.

Embora semelhantes, as dinâmicas iniciais do movimento no Rio e em São Paulo acabam ganhando contornos diferentes. Em São Paulo, o desenrolar dos movimentos de junho — começando com a greve no Cotonifício Rodolpho Crespi, à qual se juntam até o início de julho outras fábricas têxteis e empresas de outros ramos, cada uma com suas próprias reivindicações — segue o curso habitual de greves simultâneas. As manifestações dos grevistas produzem choques com a polícia. Em 9 de julho, em um desses choques, é baleado o sapateiro José Iñeguez Martinez (não há acordo entre os vários autores sobre o nome exato: ele também aparece como Antônio e até como Francisco), que morre no dia seguinte em decorrência do ferimento. Esta morte serve de elemento aglutinador e a greve torna-se geral, com uma pauta comum de reivindica-

ções preparada pelo Comitê de Defesa Proletária, que fora constituído como coordenação clandestina do movimento diante da repressão policial. Entre elas figuravam aumentos salariais, a jornada de oito horas, direito de associação, libertação dos grevistas presos, diminuição dos aluguéis etc., e passaram por assembléias para serem endossadas. O CDP, tendo como intermediário um comitê de jornalistas composto por representantes dos grandes jornais, negociou com o patronato e o governo do estado a pauta de reivindicações. Com o atendimento parcial dessa pauta, o fim da greve foi votado no dia 16 de julho, em três grandes assembléias em diferentes pontos da cidade.

Há vários autores que vêem na greve geral de 1917 um momento revolucionário. Talvez possamos atribuir um significado revolucionário ao movimento grevista pela dimensão e implicações que teve, mas não por suas reivindicações; foi certamente uma greve geral, uma das poucas da Primeira República, na medida em que adotou um programa comum de reivindicações. Embora não tenha sido um movimento planejado, tampouco pode ser considerado puramente espontâneo, já que foi resultado de um processo de mobilização e de luta de várias categorias. O aspecto mais importante é que carregou em si uma contradição insuperável: foi o ápice da influência sindicalista revolucionária e da participação anarquista no movimento sindical, mas teve que recorrer a intermediários e aceitar o governo

como interlocutor, ao formular reivindicações que dependiam diretamente da ação deste último. Enfim, acabou por lançar sombras sobre o modelo de organização operária e de luta sindical que vinha sendo proposto desde o 1º Congresso Operário Brasileiro.

No Distrito Federal, o movimento grevista de julho de 1917, desencadeado depois do término da greve paulista, reuniu marceneiros, sapateiros, metalúrgicos, padeiros, trabalhadores da construção civil, têxteis, alfaiates, chapeleiros etc. — praticamente todos os setores, com exceção dos marítimos e portuários e dos transportes terrestres. Essas categorias grevistas, apesar de incorporarem, cada uma ao seu modo, uma pauta de reivindicações elaborada em março pela FORJ (quase idêntica à do CDP de São Paulo), tinham também sua pauta específica e, à medida que conseguiam algum resultado, deixavam a greve. Não houve portanto uma greve geral, como no caso paulista, mas uma simultaneidade de greves diversas com alguma articulação entre si.

A segunda metade de 1917 foi marcada por uma onda repressiva, em São Paulo e no Rio de Janeiro, contra as associações, inclusive com o fechamento da FORJ. Ainda que simbólica, a entrada do Brasil na guerra, em outubro, restringiu ainda mais o espaço de ação do movimento operário. Mas o movimento grevista em 1917 não ficou limitado a esses dois casos: no mês de julho, diversas greves foram desencadeadas na

Paraíba e greves ferroviárias ocorreram no sul de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (e novamente em outubro, no caso desse último estado).

Em 1918 houve um certo arrefecimento dos movimentos grevistas, mas prosseguiram greves localizadas e, sobretudo, o esforço de ampliação e consolidação das organizações operárias iniciado no ano precedente. As notícias da Revolução Bolchevique, e o debate em torno dela nos anos seguintes, começaram a aparecer na imprensa operária em meio ainda à grande confusão sobre seu significado; não faltaram anarquistas que acreditavam tratar-se de uma revolução anarquista. Possivelmente sob o impacto do exemplo russo, em novembro daquele ano, no Rio de Janeiro, um grupo heterogêneo de anarquistas, dirigentes sindicais e políticos oposicionistas envolveu-se em uma canhestra tentativa insurrecional. O levante, que deveria contar com a adesão de unidades militares, seria acompanhado de uma greve geral — a qual acabou restrita aos metalúrgicos, a parte da indústria têxtil e com adesão limitada dos trabalhadores da construção civil. Já o contato militar dos conspiradores era um agente infiltrado que manteve a polícia informada de cada passo dos envolvidos. Os dirigentes do movimento, que não conseguiram fugir, acabaram presos, e a tentativa frustrada de insurreição serviu de pretexto para nova onda repressiva sobre as organizações operárias, com o fechamento daquelas envolvidas na conspiração. Ainda em 1918, o

movimento operário foi bastante afetado pela epidemia da gripe espanhola que atingiu grande parcela da população, causando inúmeras vítimas fatais.

No ano seguinte houve uma retomada dos movimentos grevistas, agora, porém, tendo que enfrentar um patronato mais organizado (com a criação de novas entidades patronais) e articulado com a repressão. As celebrações do 1º de Maio de 1919, reunindo dezenas de milhares de trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo, indicam o grau de mobilização do movimento operário. Em São Paulo eclode logo em seguida uma greve (que duraria até o início de junho) envolvendo várias fábricas. Esse movimento arrola tanto reivindicações específicas às fábricas envolvidas como uma pauta de reivindicações gerais, como ocorrera em 1917. Mais uma vez a jornada de oito horas torna-se uma das exigências principais, acompanhada de outras como o descanso semanal, a igualdade de salários entre homens e mulheres, o reconhecimento do direito de organização e expressão dos trabalhadores e a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Mesmo com forte repressão, o movimento prossegue até a obtenção de acordos favoráveis na maioria das fábricas. Também no Rio de Janeiro ocorreram diversas greves no primeiro semestre de 1919, por aumento salarial e pela jornada de oito horas. Outros movimentos generalizados de greve foram deflagrados em Salvador, no Recife e no Rio Grande do Sul.

A disposição do Estado e do patronato em enfrentar o movimento sindical, já demonstrada, tornou-se particularmente evidente no tratamento dado às greves de março 1920, como a greve ferroviária da Leopoldina no Rio de Janeiro, a greve têxtil e, simultaneamente, a greve da Companhia Mogiana em São Paulo. Desde o ano anterior inicia-se um processo de "criminalização" do movimento operário, por parte do Estado, visando dificultar ao máximo as ações reivindicativas, tendo prosseguimento ao longo de boa parte dos anos 1920. O caso da greve da Leopoldina Railway foi exemplar, mostrando mais uma vez a intolerância dos dirigentes das companhias ferroviárias, que se negaram até a negociar diretamente com os grevistas, cabendo a membros do governo, como o Ministro de Viação e Obras Públicas, Pires do Rio, o papel de intermediários. Ao mesmo tempo, o governo cedia à companhia maquinistas e foguistas da marinha como fura-greves. Diante do impasse nas negociações, a Federação dos Condutores de Veículos e a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (herdeira da FORJ) convocaram uma greve de solidariedade que contou com grande número de adesões, tornando-se a maior paralisação até então realizada no Distrito Federal. Ao cabo de quatro dias abateu-se sobre o movimento a repressão conjunta da polícia e de tropas do exército, com a prisão de cerca de 2.000 grevistas e a invasão de várias sociedades operárias. Paralelamente — e sem o conhe-

cimento das outras federações mas com o assentimento de parte dos dirigentes operários da Leopoldina —, a Federação Marítima Brasileira (bastião do sindicalismo reformista) negociou com o governo o fim da greve ferroviária em troca da promessa de libertação dos presos, readmissão dos grevistas demitidos e suspensão de qualquer outra forma de punição. O desenlace da greve demonstrou, de um lado, a divisão no meio sindical e, de outro, um Estado capaz de recorrer tanto à repressão como a outros meios para dividir o movimento operário.

Em São Paulo, a greve têxtil de março-abril revelou o quanto a organização dos industriais do setor no Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem estava empenhada em conter a influência da União dos Operários em Fábricas de Tecidos: a atitude dos industriais, punindo operários e proibindo a atividade de comissões da UOFT, praticamente precipitou a greve, para a qual estavam preparados em virtude do grande estoque de produção que vinham reunindo. A despeito de sua longa duração, o movimento acabou derrotado, e a organização operária saiu consideravelmente debilitada. Paralelamente ocorreu em março uma greve, marcada por vários conflitos violentos, dos ferroviários da Companhia Mogiana, que acabou vencida pela repressão.

Os movimentos grevistas de março já representavam o fim do ciclo de mobilização, iniciado em 1917, e foi

nesse quadro de derrotas que teve lugar a reunião, no Rio de Janeiro, do 3º Congresso Operário Brasileiro. As resoluções do novo congresso refletiram a experiência recente do movimento. Se a retórica foi similar à dos congressos de 1906 e 1913, houve um maior esforço no sentido de desideologizar determinadas questões, talvez em parte por ter sido, do ponto de vista ideológico, o mais amplo dos congressos operários, reunindo praticamente todas as correntes. Inevitavelmente — independente do que pretendiam seus realizadores — refletiu de certa maneira, as mudanças ocorridas no próprio movimento sindical a partir de 1917, com a presença crescente de um sindicalismo industrial de massa, menos ideológico e mais pragmático do que o sindicalismo de ofício dos trabalhadores qualificados que marcara o movimento operário anteriormente. O peso dado nas resoluções à necessidade de se criar sindicatos por indústria expressou, além da realidade por que passava o movimento, a crescente popularidade, entre alguns dirigentes, das posições de defesa de um sindicalismo de massa da norte-americana IWW (sigla em inglês para Trabalhadores Industriais do Mundo), suplantando a influência do sindicalismo revolucionário francês calcado nas minorias militantes.

Nos anos 1920 inicia-se um novo ciclo de crise no movimento operário. Dessa vez, o desempenho da economia tem uma influência menor, ainda que a atividade industrial tenha perdido parte do seu vigor

com a retomada da normalidade nos países industrializados. Apesar da influência da repressão estatal e patronal nesse quadro, trata-se, antes de tudo, de uma crise ideológica no movimento operário. As principais correntes ideológicas até então presentes no movimento passam por mudanças ao longo dos anos 1920: o socialismo, ideologicamente vinculado à Segunda Internacional — mesmo que não existisse qualquer ligação mais sólida —, praticamente desaparece no movimento operário; o sindicalismo reformista associa-se, cada vez mais, a reivindicações setoriais específicas, ao passo que politicamente torna-se mais conservador; já o anarquismo tende a assumir um caráter mais ideológico, inclusive dentro dos sindicatos, à medida que o sindicalismo revolucionário vai declinando. Não chega a ser surpreendente, neste contexto, a multiplicação das iniciativas e organizações católicas no meio operário.

A presença de ex-anarquistas e ex-sindicalistas revolucionários entre os fundadores do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, dificilmente pode ser explicada sem levar em conta essa crise ideológica, durante a qual muitas das referências que os militantes tinham até então deixaram de fazer sentido. Em termos práticos, porém, nos primeiros anos de sua existência o PCB só se torna uma ameaça aos seus concorrentes no meio operário do Rio de Janeiro. Mesmo nesse caso, o PCB foi auxiliado pela aliança com a CSCB, estabelecida em 1923 e que durou até 1925. Já em São Paulo,

o partido somente ganharia alguma expressão na segunda metade dos anos 1920.

Se nos anos posteriores a 1920 continuaram a eclodir greves, elas não voltaram a ter a dimensão e a repercussão daquelas do período precedente. O estado de sítio instaurado em julho de 1922, em virtude do levante tenentista, foi prorrogado por diversas vezes até dezembro de 1926, exercendo influência decisiva na desorganização das associações operárias. Sob o estado de sítio, multiplicaram-se as invasões policiais e o fechamento de sindicatos, sorte da qual nem os sindicatos reformistas escaparam. Esses fechamentos de sindicatos, ainda que temporários, muitas vezes comprometiam irremediavelmente o funcionamento das organizações.

A presidência de Artur Bernardes, a despeito de ter sido essencialmente repressiva, chegou a tomar algumas medidas legais voltadas para os trabalhadores. Ainda na condição de candidato, levantou em sua plataforma política, apresentada em junho de 1921, a necessidade de construção de moradias populares; de regulamentação das condições de higiene e de segurança nos locais de trabalho; de aumentar o número de cooperativas etc. Já como presidente da República viu aprovada, em 1923, a lei Eloy Chaves, estabelecendo as caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários; no mesmo ano o Conselho Nacional do Trabalho entrou em funcionamento; e dois anos mais tarde foi

sancionada a lei de férias para os trabalhadores do comércio e da indústria. Essas medidas decorriam menos das boas intenções de Bernardes que da necessidade de melhorar a imagem do país no exterior, uma vez que a adesão do Brasil ao Tratado de Versailles, com o fim da I Guerra Mundial, e sua participação nas Conferências Internacionais do Trabalho, organizadas pelo Birô Internacional do Trabalho, supunham a aplicação das medidas referentes aos direitos trabalhistas propostas nessas reuniões internacionais. Além disso, em 1925 o Brasil aspirava a ocupar uma cadeira permanente no conselho de administração da Sociedade das Nações, o que dependia da boa imagem do país.

A aprovação da lei de férias em 1925, estabelecendo 15 dias anuais de férias pagas, ainda dependia de regulamentação. Assim, como parte do esforço de propaganda do governo, foram realizadas na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, em julho-agosto de 1926, reuniões envolvendo o CNT, entidades patronais e sindicatos de trabalhadores para discutir a regulamentação da lei para o comércio e a indústria. Enquanto a discussão sobre a regulamentação para o comércio transcorreu com razoável tranqüilidade, sendo concluída em julho, a referente à indústria, ocorrida em agosto, foi bem mais tempestuosa. Os trabalhadores, representados por sindicatos reformistas e comunistas, logo perceberam que seriam voto vencido, e tiveram a maioria de suas emendas rejeitadas pelo relator. Apesar

dos protestos dos sindicatos operários o anteprojeto acabou aprovado. Entretanto, por falta de mecanismos de fiscalização, a lei de férias acabou sendo pouco aplicada.

A partir de 1926 e, em particular, de 1927, dá-se uma retomada da mobilização e da organização do movimento operário e sindical. No Rio de Janeiro irrompem mais greves em 1927 do que em todos os demais anos da década, com exceção de 1920. Em São Paulo o número de greves cresce ano a ano a partir de 1926, atingindo seu ápice em 1930. Em meio a esse processo, volta a acirrar-se a disputa pelo controle das organizações operárias, dessa vez opondo primordialmente comunistas e reformistas.

A exemplo de outros partidos comunistas da época, o PCB lançou em 1926 uma frente eleitoral visando ampliar sua base de apoio político, que recebeu o nome de Bloco Operário (BO) e elegeu um de seus aliados, o político Azevedo Lima, para intendente (vereador) do Distrito Federal. Em 1927, contando com o diário *A Nação*, que lhe fora cedido por seu proprietário, o PCB ampliou sua influência, mas em agosto, em decorrência da chamada "lei celerada" contra a propaganda "subversiva", perdeu o jornal e foi colocado na ilegalidade. Assim, o BO transformou-se na expressão legal do PCB, acabando por mudar o nome para Bloco Operário e Camponês (BOC) — o que, evidentemente, expressava muito mais um desejo de obter alguma penetração

rural do que uma realidade. De todo modo, nas eleições municipais de 1928 o BOC elegeu dois intendentes no Distrito Federal, apesar de não conseguir um bom resultado em São Paulo ou em Santos.

No plano sindical, os comunistas realizaram no Rio de Janeiro, em abril de 1927, um Congresso Sindical Regional, que decidiu pela criação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRR). Enquanto isso os anarquistas ressuscitaram a FORJ. Dois anos mais tarde, em uma tentativa mais ambiciosa, os comunistas realizaram o congresso nacional do qual surgiu a Confederação Geral do Trabalho do Brasil. Ainda em 1929, a repressão contra os comunistas ganhou novo alento, com a dispersão a bala de manifestações, a invasão de sindicatos e até mesmo campanhas na imprensa.

A retomada do movimento operário, iniciada em 1926, chegou ao fim não apenas em virtude do recrudescimento da repressão, mas porque foi atingida em cheio pela crise de 1929-30, que teve a particularidade de unir a crise cíclica da indústria com a crise mundial, acarretando grande queda na produção, o maior desemprego da Primeira República e, conseqüentemente, a desorganização do movimento operário. Constitui uma exceção nesse quadro a longa — de março a julho de 1929 — greve dos gráficos por melhores salários em São Paulo, que terminou vitoriosa.

Na campanha para a presidência da República de 1930, enquanto o BOC lançou a candidatura do marmorista Minervino de Oliveira e os anarquistas se mantiveram alheios à disputa, facções do movimento sindical apoiaram tanto o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, como o situacionista, Júlio Prestes. Um prenúncio do que estaria por vir...

Cultura operária

Um extraordinário universo de manifestações culturais e associativas revelou-se durante a Primeira República. Associações dançantes, carnavalescas, musicais e esportivas pulularam, coexistindo (de forma nem sempre harmoniosa) com sociedades de caráter mais militante, que as viam com desconfiança e hostilidade por não enfatizarem um caráter de classe. Em ambos os casos, o público era fundamentalmente o mesmo: as classes trabalhadoras. No entanto, no caso das associações do primeiro grupo, essa identidade era com freqüência suplantada por outras: a etnia, o bairro, o grupo carnavalesco, o time de futebol etc. É bastante provável que muitos dos sócios dessas associações recreativas ou esportivas também fizessem parte de sindicatos, mas ainda faltam estudos que demonstrem essa circulação. Assim, quando se fala de cultura operária nesse período subentende-se, primordialmente, a cultura militante produzida pelas sociedades operárias e pelas correntes políticas, com ênfase no anarquismo.

Sem dúvida a expressão mais visível da cultura operária nesse período foi a imprensa operária. Ela foi o principal instrumento de propaganda e debate, assumindo formas diversas: periódicos de correntes político-ideológicas (anarquistas, socialistas, comunistas, católicos etc.); jornais sindicais; publicações destinadas à classe operária em geral. Muitas dessas publicações, que normalmente eram jornais de quatro páginas com periodicidade mensal, quinzenal ou, quando muito, semanal, tiveram vida efêmera. Mas houve exceções, como o jornal anarquista *A Plebe*, de São Paulo, que com interrupções foi publicado entre 1917 e 1951, chegando a sair diariamente durante um curto período em 1919.

No campo das publicações também não faltaram folhetos de propaganda, por vezes publicados sob a forma de fascículos (folhetim) nos periódicos operários. Assim, textos não-disponíveis em português foram traduzidos e tornados mais acessíveis. Traduções de textos teóricos sobre o anarquismo, o socialismo ou o sindicalismo revolucionário, mas também alguns títulos escritos por militantes locais, eram vendidos através das redações dos jornais e das associações operárias, junto com livros de literatura engajada, como *Germinal* de Émile Zola. Uma das primeiras edições brasileiras de que se tem notícia do *Manifesto comunista* de Marx e Engels foi publicada em fascículos em 1923

nas páginas do jornal carioca *Voz Cosmopolita*, porta-voz dos empregados de hotéis, restaurantes, cafés, bares e anexos.

As sociedades operárias desenvolveram todo um calendário de celebrações e solenidades, que se tornou elemento essencial da cultura militante. Faziam parte desse calendário datas como o aniversário de fundação de cada sociedade (herança laica do dia dos santos padroeiros das antigas corporações de ofício); o 14 de Julho, celebrando a queda da Bastilha e a Revolução Francesa; o 13 de Outubro, aniversário do fuzilamento do educador anarquista catalão Francisco Ferrer; e a mais importante de todas as datas para o movimento operário, o 1º de Maio, indissociável da luta pela jornada de oito horas de trabalho. Nessas ocasiões eram realizadas, nas sedes das associações ou em salões alugados, conferências de propaganda, geralmente com um orador convidado a falar sobre a data ou algum tema afim. Essas conferências podiam ser acompanhadas de apresentações musicais ou peças teatrais de teor militante, e em alguns casos, encerrando a celebração, havia um "baile familiar" (para distingui-los dos promovidos por clubes carnavalescos). Houve um predomínio de celebrações em locais fechados — com exceção, é claro, das celebrações do 1º de Maio, que adquiriram uma dimensão pública mais cedo — até fins dos anos 1910. A partir daí, as celebrações se populariza-

ram e se tornaram mais lúdicas, sendo realizadas ao ar livre, em locais como parques, e incluindo na programação atrações capazes de atrair mais público, como números circenses. Os festivais operários desse período são o exemplo mais evidente dessa mudança, como, em São Paulo no início dos anos 1920, os festivais em favor do jornal *A Plebe*.

Essa mudança na cultura operária militante teve reflexos inclusive na relação com o esporte. Assim, ao invés de encarar o futebol com desconfiança, algumas associações, particularmente aquelas que já nos anos 1920 estavam sob influência dos comunistas, passaram a estimular a criação de times de trabalhadores, aproximando a cultura operária militante da cultura dos trabalhadores não-militantes.

As celebrações do 1º de Maio foram as principais manifestações públicas da cultura operária. No Brasil, nos anos que se seguiram à decisão do Congresso Socialista Internacional de Paris de 1889 — que estabeleceu o 1º de maio de 1890 como data internacional de luta pela jornada de oito horas de trabalho — e à transformação dessa data em manifestação anual pelo Congresso Internacional de 1891 em Bruxelas, o 1º de Maio não se transformou de imediato numa celebração sistemática e periódica do movimento operário. Ainda em 1890 o dia foi marcado na cidade do Rio de Janeiro pela distribuição do programa, publicado dois dias antes, do grupo socialista reunido em torno do jornal

Echo Popular — o que não parece ter sido uma simples coincidência, mas também não constitui propriamente uma celebração da data. No ano seguinte, o 1º de Maio seria comemorado — provavelmente pela primeira vez no Brasil — com a realização, no Rio Janeiro, de uma manifestação em recinto fechado. Em 1892, em São Paulo, a data foi celebrada numa conferência do Centro do Partido Operário e numa palestra, acompanhada por banda de música, promovida pelo Centro Operário de São Paulo. Entretanto, a celebração só viria a adquirir um caráter anual regular nos primeiros anos do século XX, período que coincide com a consolidação das associações operárias.

A difusão da comemoração do 1º de Maio no Brasil não apenas intensificou a luta pela jornada de oito horas — particularmente no início do século XX — como propiciou a introdução de um conjunto de símbolos e alegorias que na Europa eram vinculados à celebração desse dia. Desse modo, em pouco tempo, o caráter internacional do 1º de Maio se firmou não só por consistir em uma manifestação conjunta dos trabalhadores de todo o mundo em um mesmo dia, mas também pela adoção de um arsenal simbólico comum. Símbolos novos, como a bandeira vermelha ou o hino *A Internacional*, tiveram no 1º de Maio seu mais poderoso propagador.

No entanto, o dia do trabalhador — que deveria, na perspectiva de seus idealizadores, simbolizar a união da

classe operária — foi também uma ocasião para desavenças entre as diversas correntes ideológicas. Assim, não faltaram controvérsias em torno da interpretação da data e da forma apropriada de celebrá-la, opondo anarquistas e socialistas, sindicalistas revolucionários e reformistas, libertários e comunistas, o que muitas vezes acarretou manifestações separadas em diferentes locais. Portanto, o 1º de Maio, como de resto toda a cultura operária militante, foi um palco da disputa pela hegemonia política e cultural da classe operária, sem que isso eliminasse o fato de que havia muito em comum entre as várias correntes.

A despeito de ter constituído mais um campo de luta política entre as correntes que dividiam o movimento operário, essa cultura foi, antes de tudo, um terreno de combate à ideologia e aos valores das classes dominantes. No espaço das celebrações foi possível, por um breve instante, sonhar e viver um outro mundo, de fraternidade, igualdade e justiça.

Cronologia

1890

abr Rio de Janeiro: fundação do Partido Operário

1891

mai Rio de Janeiro: primeira celebração do 1º de Maio no Brasil; Santos: greve portuária derrotada envolvendo diversas categorias

1892

1º ago-6 set Rio de Janeiro: Congresso Operário Nacional (socialista)

1897

out Santos: greve portuária derrotada

1902

ago São Paulo: o 2º Congresso Socialista Brasileiro funda o Partido Socialista Brasileiro

1903

ago-set Rio de Janeiro: greve dos trabalhadores têxteis

out Rio de Janeiro: fundação da Federação das Associações de Classe

1904

nov Rio de Janeiro: participação do Centro das Classes Operárias na Revolta da Vacina, conduzindo ao seu fechamento e à abertura de processo contra seus dirigentes

1906

15-20 abr Rio de Janeiro: realização do 1º Congresso Operário Brasileiro no Centro Galego

mai Jundiaí, Campinas e Rio Claro: greve ferroviária da Companhia Paulista

out Porto Alegre: greve geral e fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul

1907

mai São Paulo: greve abrangendo várias categorias pela jornada de oito horas

1909

jan Greve ferroviária da Great Western, iniciada em Recife e que atinge, além de Pernambuco, os estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte

1912

jan São Paulo: greves em diversas categorias (sapateiros, gráficos, têxteis)

7-15 nov Rio de Janeiro: realização do 4º Congresso Operário Brasileiro no Palácio Monroe (sede do Senado Federal)

1913

8-13 set Rio de Janeiro: realização do 2º Congresso Operário Brasileiro

1917

jul São Paulo: greve geral com pauta comum de reivindicações; Rio de Janeiro: greve envolvendo várias categorias; também há greves em outros estados, como Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais

1918

nov Rio de Janeiro: tentativa de levante anarquista com greves nos setores têxtil, metalúrgico e da construção civil

1919

Greves em vários estados (Distrito Federal, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul) pela jornada de oito horas e melhores salários

1920

mar Rio de Janeiro: greve da Leopoldina Railway; São Paulo: greve têxtil; Campinas: greve da Companhia Mogiana

abr Rio de Janeiro: realização do 3º Congresso Operário Brasileiro

1922

mar Rio de Janeiro: fundação do PCB

1923

fev Rio de Janeiro: greve dos marítimos e portuários

fev-mar São Paulo: greve vitoriosa de 42 dias dos gráficos

1926

ago Rio de Janeiro: reuniões na Biblioteca Nacional para discutir a lei de férias

dez Rio de Janeiro: criação do Bloco Operário (BO)

1927

abr Rio de Janeiro: Congresso Sindical Regional cria a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro

nov Rio de Janeiro: constituição do Bloco Operário e Camponês (BOC)

1928

out Rio de Janeiro: Minervino de Oliveira e Octavio Brandão são eleitos intendentes pelo BOC

1929

mar-jul São Paulo: greve de 72 dias dos gráficos

26 abr-1º mai Rio de Janeiro: Congresso Operário Nacional, que decide pela criação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil

Referências e fontes

p.10: Os dados sobre a participação feminina na indústria de São Paulo e do Rio de Janeiro e sobre os salários foram extraídos do *Recenseamento do Brazil. Realizado em 1º de Setembro de 1920*, vols.4 (5ª parte) e 5 (2ª parte), realizado pela Directoria Geral de Estatística/Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1930 e 1928, respectivamente).

p.12: A percentagem de estrangeiros entre os trabalhadores industriais encontra-se no já mencionado *Recenseamento* e em *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*, de Sheldon Leslie Maram (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979).

p.13: A crônica "A fome negra", de João do Rio, faz parte da coletânea *A alma encantadora das ruas*, do mesmo autor (Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987).

p.34: As informações sobre a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) foram retiradas de *Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937*, organizada por Sílvia Regina Ferraz Petersen e Maria Elizabeth Lucas (Porto Alegre, Editora da Universidade/Tchê!, 1992).

p.43: O número de estrangeiros expulsos com a aprovação da lei Adolfo Gordo está citado em *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*, de Sheldon Leslie Maram (*op.cit.*).

p.61: Sobre as greves na segunda metade da década de 1920, os dados referentes ao Rio de Janeiro foram extraídos de "Flutuações cíclicas da economia. Condições de vida e movimento operário, 1880 a 1930", de Eulália Maria Lahmayer Lobo e Eduardo Navarro Stotz, publicado na *Revista do Rio de Janeiro* (vol.1, n.1, 1985). Os dados sobre São Paulo são de *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*, de Azis Simão (São Paulo, Ática, 1981).

Sugestões de leitura

BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-1911*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

Um exemplo da nova produção sobre a história operária, proveniente de um estado que possui uma das mais fecundas tradições em estudos regionais sobre o tema.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário. Movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas, Pontes/Unicamp, 1988.

Com uma perspectiva comparativa, abrange a mobilização em São Paulo e no Rio de Janeiro, no período em que ela foi mais intensa.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Estudo sobre a vida cotidiana da classe operária fora dos momentos de mobilização, das organizações de classe e dos locais de trabalho.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

A despeito do título, não se limita ao estudo destas duas correntes, contendo um grande volume de informações sobre a classe operária e o movimento sindical. Foi um dos primeiros estudos de fôlego sobre o tema e, malgrado suas análises freqüentemente errôneas e alguns equívocos pontuais nas informações contidas, continua a ser uma obra importante.

FOOT HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.* São Paulo, Ática, 1991.

É de longe a melhor síntese da história operária no Brasil desse período, e foi uma das primeiras a apontar para as várias expressões regionais, não se limitando aos casos mais conhecidos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

É o principal estudo publicado sobre a cultura operária no período, com particular ênfase na cultura anarquista.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).* São Paulo, Difel, 1977.

Trabalho pioneiro nesse campo de estudos no Brasil, enfocando primordialmente São Paulo e, em menor grau, o Rio de Janeiro. Sob vários aspectos sua análise é bastante datada.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo, Unesp, 1992.

Livro que integra, com rara felicidade, vários aspectos, ao analisar um dos centros mais importantes do movimento operário no período.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj, 1988.

Abrange um período que vai da proclamação da República a 1945, mas dedica a primeira parte especificamente à Primeira República e aos vários projetos em disputa no movimento operário.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Um dos primeiros estudos a discutir a relação entre imigração e militância.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo.* São Paulo, Ática, 1981.

Originalmente publicado em 1966, continua a ser uma obra de referência fundamental para o estudo do movimento operário organizado em São Paulo entre fins do século XIX e os anos 1940.

Sobre o autor

Claudio H.M. Batalha (batalha@obelix.unicamp.br) nasceu no Rio de Janeiro em 1957. Bacharel pela UFF e doutor pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), ambos em história, é professor do Departamento de História da Unicamp desde 1986. Foi diretor do Arquivo Edgar Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social da Unicamp entre 1989 e 1993. Publicou, no Brasil e no exterior, artigos em revistas especializadas, como a *Revista Brasileira de História*, e colaborou com capítulos em coletâneas, como *História do marxismo: os influxos teóricos*, organizada por João Quartim de Moraes, tratando de temas relacionados com a história operária e a história do socialismo.

Coleção Descobrindo o Brasil
direção: Celso Castro

VOLUMES PUBLICADOS:

O Estado Novo
Maria Celina D'Araujo

O movimento operário na Primeira República
Claudio Batalha

A Proclamação da República
Celso Castro

A belle époque amazônica
Ana Maria Daou

Os índios antes do Brasil
Carlos Fausto

Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro
Madu Gaspar

Escravidão e cidadania no Brasil monárquico
Hebe Maria Mattos

A Independência do Brasil
Iara Lis C. Souza

Modernismo e música brasileira
Elizabeth Travassos

Brasil de todos os santos
Ronaldo Vainfas e
Juliana Beatriz de Souza

PRÓXIMOS VOLUMES:

As esquerdas e a ditadura
Daniel Aarão Reis

O tráfico negreiro
Luis Felipe de Alencastro

O Império português e o Brasil
Janaina Amado e Luiz Carlos Figueiredo

A educação e os intelectuais
Helena Bomeny

Vida e morte da mata atlântica
José Augusto Drummond

Os industriais e a política
Maria Antonieta Leopoldi

O Brasil dos imigrantes
Lúcia Lippi Oliveira

O Brasil da Nova Era
José Guilherme Magnani

Do cruzado ao real: os pacotes econômicos da Nova República
José Carlos Miranda

A política na República Velha
Marieta de Moraes Ferreira

Sistemas partidários, 1945-2000
Rogério Schmitt

Símbolos e rituais da monarquia brasileira
Lilia Schwarcz

O país do futebol
Luis Henrique de Toledo

Além-mar: uma viagem pelo mundo que o português criou
Hermano Vianna